

Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)

Ana Vaz Milheiro* e Eduardo Costa Dias**

Architecture in Bissau and the Colonial Urbanization Departments (1944-1974)

RESUMO: O trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial – um organismo central dependente do Ministério das Colónias, criado em 1944 e exclusivamente dedicado à execução de projectos de arquitectura e de urbanismo para as colónias, nunca foi objecto de uma investigação monográfica, embora surja parcialmente citado em algumas investigações sobre arquitectura portuguesa em África. Neste artigo, a cidade de Bissau, capital da Guiné Portuguesa a partir de 1941, funciona como um caso de estudo demonstrativo dos diferentes papéis que o Gabinete assume ao longo das suas três décadas de existência. Como primeira etapa da análise dos princípios de actuação dos arquitectos ao serviço do Gabinete e da cultura de projecto seguida, procura-se aqui conhecer a extensão dos projectos efectivamente realizados, a datação de edifícios e a identificação algumas autorias assim como verificar o estado de conservação em que este património actualmente se encontra

Palavras-chave: Gabinetes de Urbanização Colonial; Arquitectura Portuguesa; Arquitectura Guineense.

ABSTRACT: The work of Colonial Urbanization Department – the central body reporting to the Ministry of Colonies created in 1944 and exclusively devoted to the execution of architecture and urban design for the colonies - was never object of a monographic study, despite being partially mentioned in some Portuguese architecture investigations in Africa. In this article, the city of Bissau, capital city of Portuguese Guinea as from 1941, pictures as a demonstrative study case on different roles undertaken by the Department along with its three decades of existence. As the first step for this analysis on both the early architects work for the Department and the culture of project they followed, we try to understand the extension of effectively performed projects, the age of buildings, and some authorships identification, as well as to confirm the state of preservation in which such patrimony is currently found.

Keywords: Colonial Urbanization Department; Portuguese Architecture; Guinean Architecture.

*Ana Vaz Milheiro é doutora pela FAUSP-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Autora dos livros *A Construção do Brasil – Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa* (Porto: FAUP Publicações, 2005) e *A Minha Casa é um Avião* (Lisboa: Relógio d'Água, 2007).

** Eduardo Costa Dias é doutor em Antropologia Social pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e autor de vários textos sobre a Guiné-Bissau, o Senegal e o Islão na África Ocidental.

I. Introdução

Nos finais de 1944, foi criado em Lisboa, dependente do Ministério das Colónias, um organismo exclusivamente dedicado à execução de projectos de arquitectura e de urbanismo para os territórios colónias, o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC).

Sediado em Lisboa, este organismo, independentemente das várias alterações da sua designação e do aparecimento, sobretudo em Angola e Moçambique, durante a década de 1960 de outras estruturas com sede local ligadas ao fomento de projectos arquitectónicos e ao planeamento urbano, manter-se-á em funções até às independências das colónias portuguesas e será responsável pelo planeamento e projecto de parte não negligenciável das infra-estruturas construídas entre 1944 e 1974 nas colónias portuguesas.

O GUC, cujo quadro técnico é constituído por arquitectos e engenheiros, torna-se, p.e., peça central, no quadro dos sucessivos planos de fomento, dos programas de obras públicas nas colónias portuguesas e, decorrentemente, da estratégia voluntarista de fixação europeia e de “assimilação” dos indígenas.¹

Apesar da sua importância, escasseiam estudos historiográficos exclusivamente dedicados ao tema. De facto, a historiografia portuguesa que se ocupa da arquitectura do século XX só no final dos anos noventa começa a interessar-se pela produção arquitectónica realizada nos territórios africanos. Privilegiavam-se então as obras conotadas com a cultura moderna (FERNANDES, 1999) e, principalmente, as antigas províncias de Angola e Moçambique (ALBUQUERQUE, 1998) onde o investimento na época colonial foi mais forte, reflectindo-se não só em realizações patrocinadas pelo estado, como em encomenda privada.²

A acção do GUC, como se verá, é, por razões várias, particularmente notória, na Guiné – uma colónia durante muitas décadas marcada pelo pouco peso político da larga maioria dos seus governadores junto do governo em Lisboa e por um crónico deficit de infra-estruturas de toda a ordem.

De facto, neste último aspecto, nos finais da Segunda Guerra Mundial, não só globalmente a Guiné dispõe de poucas infra-estruturas, como ainda a cidade de Bissau, tornada capital da colónia em 1941, não possui instrumentos capazes de planeamento e de concepção que permitam transformar, num

¹ Ponto comum aos quatro planos de fomento era a consideração da infra-estruturação dos territórios como o elemento decisivo para a criação de condições favoráveis à fixação europeia e à integração progressiva das populações indígenas numa “sociedade civilizada” ocidentalizada.

² Mais recentemente, os interesses dos investigadores têm continuado a incidir sobre a obra pública (FERREIRA, 2008), ligando-a aos planos de urbanização (MORAIS, 2001; FONTE, 2007). Também o percurso individual de alguns profissionais deste período tem sido objecto de monografias. Neste contexto estão os casos de dois arquitectos de Moçambique: Pancho Guedes (SANTIAGO, 2007) e João José Tinoco (VELOSO; FERNANDES; JANEIRO, 2008). Existem igualmente algumas reflexões sobre a possibilidade de cruzamento entre a arquitectura moderna brasileira e as realizações na antiga África Portuguesa (MILHEIRO, 2008; 2009). Mais especificamente sobre o Gabinete consulte-se FONTE, 2007: 118-120/167-170; FERREIRA, 2008; MORAIS, 200: 155-169.

espaço relativamente curto, uma cidade, um pouco mais do que um “simples” entreposto comercial, numa moderna “cidade capital”.

Todavia, a boa “recepção” do GUC na Guiné, para além do aspecto “utilitário” – o GUC planeou e concebeu várias e importantes infra-estruturas na colónia –, radicou-se, em grande parte, na quase perfeita sintonia entre a estratégia “desenvolvimentista” seguida pela maioria dos governadores desde a Segunda Guerra Mundial³ e a “filosofia” subjacente às propostas apresentadas pelos técnicos do gabinete de urbanização sediados em Lisboa.

Neste sentido, Bissau “funciona” neste artigo como um caso de estudo demonstrativo dos diferentes papéis que o Gabinete vai assumindo ao longo dos seus cerca de 30 anos de funcionamento. A cidade “colonial” moderna é gradualmente apetrechada com uma “rede” de edifícios públicos – na sua maioria desenhados no âmbito deste organismo oficial – capaz de responder às diversas ordens de exigência de uma sociedade urbana e “civilizada”, assegurando equipamentos de saúde, educação, administração e representatividade, comunicações, desportivos e/ou culturais.⁴

II. Os Gabinetes de Urbanização Colonial e a Guiné (1944-1974)

O Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) é criado a 6 de Dezembro de 1944 através do Decreto nº 34 173, por Marcelo Caetano, no primeiro ano em que ocupa as funções de Ministro das Colónias, cargo onde permanece até 1947. O diploma destina-se a centralizar num só organismo público, com sede em Lisboa, toda a prática projectual de arquitectura e urbanismo de promoção oficial, destinada às “colónias de África” (Diário do Governo), 1944: 1167), incluindo-se aqui naturalmente a então Guiné Portuguesa. Este objectivo será depois ampliado às colónias da Índia, Timor e Macau que complementam à época o Império colonial português. A introdução que antecede a especificação dos vários artigos que normalizam o funcionamento do Gabinete menciona a necessidade urgente de “estudar e acompanhar a formação e o desenvolvimento dos aglomerados populacionais nas colónias de modo a aproveitar os ensinamentos da urbanística, evitando os erros por vezes irremediáveis, de um crescimento ao acaso” (Idem). Este facto era já continuamente apontado pelo círculo de arquitectos que, no início dos anos quarenta do século XX, começa a ter alguma encomenda, quer pública quer privada, para as regiões africanas. O desconhecimento desses territórios torna o exercício da arquitectura difícil e pouco exacto (RODRIGUES, in MILHEIRO, 2008: 4-5).

3

De entre estes governadores merece particular destaque, em termos de sintonia com a “filosofia” do GUC, Manuel M. Sarmento Rodrigues. O seu apoio ao GUC iniciado aquando da sua passagem como governador geral da Guiné (1945-1948), reforçou-se quando assumiu a pasta das colónias (1950-1955) e voltou a ser notório quando desempenhou o cargo de governador-geral de Moçambique (1961-1964). Em boa parte, para além do apoio inequívoco de Marcelo Caetano nos primeiros anos, a “sobrevivência” do GUC ficará a dever-se ao empenho de Sarmento Rodrigues enquanto ministro de tutela.

4

O artigo agora apresentado insere-se numa investigação multidisciplinar intitulada “Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica”. O projecto, candidato aos fundos de apoio da Fundação Ciência e Tecnologia 2009, envolve os dois autores: a primeira como investigadora responsável e o segundo como especialista sobre a Guiné-Bissau. Genericamente, esse estudo visa inventariar, catalogar e analisar o trabalho dos sucessivos Gabinetes que, integrando as estruturas dos ministérios das Colónias e depois do Ultramar, foram responsáveis pelas iniciativas arquitectónicas e urbanísticas do poder central nas regiões ultramarinas, durante o Estado Novo, entre 1944 e 1974.

5

“Devo ainda referir a minha actividade nas Colónias, tendo projectado e dirigido obras na Guiné-Bissau e estudado edifícios para Moçambique. Aí, por exemplo, fiz o projecto da estação Algodoeira... Mais concretamente em Luanda, projectei armazéns portuários e propus as linhas gerais de enquadramento arquitectónico da via marginal...” CUNHA, 1989: 27

6

As Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto começam a ministrar cadeiras de urbanismo somente em 1945.

É Paulo Cunha, cujo pioneirismo na aplicação de princípios adequados ao clima tropical nos projectos africanos é então reconhecido (Idem), quem terá proposto a Caetano a “constituição de um organismo central de planeamento urbanístico” indo ao encontro das inquietações do ministro “quanto ao problema habitacional do Ultramar Português” (CUNHA, 1989: 27). O arquitecto aparece de facto ligado a projectos de iniciativa oficial destinados aos territórios ultramarinos, designadamente em Moçambique e Angola,⁵ mas também na Guiné onde chega mesmo a acompanhar obras de projectos por si orientados. Neste território, o seu nome está associado à Brigada de construção de moradias para funcionários públicos, de 1944, p.e., e às duas missões encarregues diversos edifícios, referenciadas por Francisco Castro Rodrigues, seu colaborador ao tempo (MILHEIRO, Op. Cit.).

Tudo leva a crer que “experiências”, como esta, constituam a “herança” inicial do GUC, como é sugerido na abertura do diploma: “Alguma cousa já se fez, quer recorrendo a urbanistas estrangeiros, quer às missões de arquitectos nacionais. Mas estas soluções... além de muito dispendiosas, impedem que... se forme escola e se trabalhe com persistência na execução ou aperfeiçoamento dos planos elaborados” (Diário do Governo, Op. Cit.). A contratação de estrangeiros revela-se onerosa, embora seja prática corrente principalmente na execução de planos urbanos, aplicando-se tanto à metrópole como às regiões ultramarinas. Acontece dada a deficiente preparação dos técnicos nacionais em estudos de urbanística, ainda durante a primeira metade do século XX.⁶ Este recurso é muito criticado por Marcelo Caetano que vê em muitas das propostas realizadas por estrangeiros a aplicação de “considerações meramente técnicas... e sem ter em conta as tradições da urbe” portuguesa (CAETANO, 15/06/1948: 1). Dentro do quadro de funções atribuídas ao Gabinete, a execução de planos urbanos é talvez a mais importante, encontrando-se consagrada logo na primeira alínea do artigo de abertura: “Estudar os problemas da urbanização colonial e promover a elaboração de planos de arranjo e expansão das cidades e vilas das colónias africanas” (Diário do Governo, Op. Cit.).

Antecedendo a publicação do decreto, uma exposição de Construções nas Colónias Portuguesas é inaugurada a 16 de Novembro de 1944 no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, e acompanhada da exibição de um documentário (CAVACA, 1944). Segundo se lê no documento, o conjunto de obras expostas permite compreender “claramente as vantagens da colaboração de engenheiros e arquitectos na obra da colonização” (Diário do Governo, Op. Cit.). A proximidade entre as duas classes profissionais está na base da organização do próprio GUC, “com as suas naturais secções de arquitectura e de engenharia urbanísticas” (Idem), uma vez que se pretende que os projectos sejam previamente informados de todos os elementos que possibilitam a sua concretização, o que significa realizar projectos

7

Por desconhecimento da composição geológica dos solos, os projectos de estabilidade nem sempre incluem estudos de fundações. Mais raramente, os processos são completados com outros estudos, como os de viabilidade económica.

8

Cf. Trabalho 274, Igreja para Batafá – Arranjo das Fachadas, parecer de Rogério Cavaca, Lisboa, 19/06/1955.

de arquitectura e de estabilidade.⁷ No quadro da lei, reforça-se ainda ser a decisão de formação do GUC, uma antecipação “dos futuros serviços de urbanização que em cada colónia da África continental o futuro há-de fazer nascer” (Idem).

A observação reconhece à partida a vantagem de se trabalhar localmente, mesmo que considerando-se economicamente inviável fazê-lo no momento. Não evita contudo as críticas que acusam as propostas dos técnicos do GUC de pouco realistas, situação decorrente da distância entre Lisboa e as regiões ultramarinas. Esta continua a ser encarada como o principal problema que a criação do Gabinete não resolve. O debate tem alguma repercussão pública numa sociedade pouco habituada a analisar arquitectura. A discussão decorre naturalmente do facto do tema colonial ser assunto sensível à sociedade portuguesa e com implicações políticas fortes. Manifestam-se portanto, não os profissionais, mas personalidades ligadas às questões coloniais. É caso do capitão Henrique Galvão que, publicamente em 1948, censura a escolha para director do Gabinete, do engenheiro de minas Rogério Cavaca, que não sendo “a pessoa mais indicada para dirigir serviços de urbanização... escolheu, como colaboradores, arquitectos que não conheciam as colónias” (Diário de Notícias, 17/03/1948). Galvão chega mesmo a atribuir ao modo de funcionamento do GUC “demoras paralisantes que, entre outros inconvenientes, [tem] o de reduzir o ritmo das construções nas colónias” (Idem). É certo que as novas competências do Gabinete se sobrepõem às dos serviços locais de obras públicas, travando actividades projectuais muitas vezes já iniciadas.⁸ Não é esta, contudo, a posição dos dirigentes políticos portugueses face à sua actuação. No caso particular da Guiné, Sarmento Rodrigues, governador da colónia entre 1945 e 1948, elogiará por diversas ocasiões este organismo, referindo igualmente a dependência da região dos projectos recebidos de Lisboa, como se verá, muito provavelmente por inexistência de profissionais qualificados em número suficiente no território guineense.

Na sequência do ataque de Henrique Galvão, uma primeira manifestação de apoio ao GUC vem do coronel Álvaro da Fontoura, antigo governador de Timor, entre 1936 e 1940, que recorre aos exemplos de outras potências coloniais, como a França, mantendo a confiança num sistema centralizado. Para provar a sua eficácia, alude então a uma listagem “de mais de 200 trabalhos, estudos e projectos da autoria do Gabinete” até à data (Diário de Notícias, 01/04/1948).

A reacção mais esperada neste debate, todavia, é a do próprio Marcelo Caetano, que é divulgada, algumas semanas depois, em artigo onde defende os méritos do Gabinete e dos seus profissionais. Fazendo o historial dos três anos e meio já decorridos desde a sua fundação, argumenta que como organismo

público, o Gabinete possui maiores possibilidades de investigação do que as que são disponibilizadas a um profissional isolado que tem menos meios para seguir “localmente a execução dos projecto, não se inteira[ndo] dos erros cometidos” (CAETANO, Op. Cit.). A criação de uma tradição de projecto ligada às regiões tropicais interessa portanto ao antigo ministro das Colónias por questões técnicas, mas também estratégicas. Caetano vê a arquitectura como forma de “imprimir aos territórios colonizados a marca espiritual do povo colonizador” (Idem), servindo-se para isso do exemplo brasileiro, onde a herança portuguesa colonial está, na sua opinião, ainda presente no património edificado. O estadista português, ao contrário de outros colegas seus, tem inclusive uma visão muito informada de como deve ser essa arquitectura de modo a que sirva os objectivos do Estado Novo.

“Na indecisão da nossa arquitectura contemporânea, a falta de pensamento ordenador da sua função nas obras públicas coloniais dava em resultado uma desnorteante variedade de gostos e de estilos nos projectos elaborados desde o românico arcaizante (que em territórios a desenvolver em pleno século XX não pode passar de simples «pastiche») até à «caixa de amêndoas», passando pelo inevitável «português suave».” (Idem)

Preocupa-o ainda uma arquitectura a que falte “sentimento nacional”. Acatando aparentemente os desejos do ex-ministro, a geração de arquitectos que vai integrar o GUC nestes anos iniciais – nascida na primeira década do século XX – pratica uma linguagem fortemente alicerçada num imaginário “português”. Caetano assume-se portanto como o grande ideólogo do Gabinete. A sede em Lisboa é novamente justificada pela necessidade de criar um serviço único que elabore “uma doutrina e um estilo” para que depois existam condições de disseminar os seus ideais e procedimentos pelas colónias em estruturas de menores dimensões. Todavia, recorda que territórios como a Guiné, Cabo Verde ou Timor, dificilmente justificarão por si só a instalação de núcleos autónomos, reforçando o papel fundamental que continuará a ter em lugares “que doutro modo não poderiam beneficiar de tão completa e cuidada assistência artística” (Idem). Contrariado a previsão, também para estas províncias se criarão dependências locais nas iniciativas legislativas de 1964, como se verá.

Com a revisão constitucional de Maio de 1951, desaparecem dos discursos oficiais os termos “Império” e “Colónias”, substituídos por “Ultramar” e “Províncias”, sugerindo uma integração mais pacífica destes territórios e contornando a crítica internacional então frontalmente contrária à existência de regiões colonizadas.⁹ Deste modo sai “reforçado o princípio da unidade nacional de um Estado português pluricontinental” (SILVA, 2006: 147). Estas mudanças, coincidentes com a ocupação do cargo de ministro por Sarmento Rodrigues entre 1950 e 1955, têm como consequência, em 1951¹⁰, a alteração do nome do Ministério das Colónias para Ministério do Ultramar (MU) e uma nova designação como Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU).

9

Em consequência, as alterações do quadro legislativo são fundamentais, designadamente a Lei Orgânica do Ultramar – Lei nº2066, de 27 de Julho de 1953, que progressivamente descentraliza o poder sediado em Lisboa, distribuindo-o pelos governadores provinciais. O Decreto nº40 223, de 5 de Julho de 1955, cria a província da Guiné (cf. SILVA, 2006: 147).

10

Decreto-Lei nº 38 300, de 15 de Junho.

Nº	IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO	LOCALIZAÇÃO	DATA	AUTORIA DA ARQUITECTURA	SITUAÇÃO
9	Adaptação do Palácio do Governo	Bissau	1945	João Aguiar/Rogério Cavaca	Construído
10	Transformação da Sé Catedral	Bissau	1945	João Simões/Galhardo Zilhão	Construído
s/n	Anteprojecto para Casas Económicas	Bissau	1946	Mário José G. V. Neves, eng.	Não localiza.
22?	Estudo de Urbanização Praia da Varela	Praia da Varela	1947	Não identificado	
22-A	Estudo de Urbanização Praia da Varela	Praia da Varela	1959	Mário de Oliveira	
32	Enfermaria Mista de Bafatá	Bafatá	1946	João Simões	Construído
46	Igreja de Bafatá	Bafatá	1942?	Não identificado	Alterado
106	Plano Geral de Urbanização	Teixeira Pinto	1951	João Aguiar/Rogério Cavaca	
182	Residência das Irmãs de Bissau	Bissau	1948	Mário de Oliveira	Alterado
186	Mercado Municipal - Construção	Bissau	1948	Não identificado	Construído
187	Moradia para funcionário Superior	Bissau	1948	Mário de Oliveira	Não localiza.
194	Câmara Municipal de Bissau	Bissau	1948	Lucínio Cruz	Não const.
210	Hospital de Bissau - Pavilhão de Psiquiatria	Bissau	1949	Lucínio Cruz	Não localiza.
268	Edifício dos CTT	Bissau	1950	Lucínio Cruz	Alterado
274	Igreja de Bafatá - Arranjo das fachadas	Bafatá	1950	João Aguiar/?	Construído
275	Administração do Concelho de Bissau	Bissau	1950	João Aguiar/?	Não const.
307	Hospital de Bissau - Pavilhão de Tisiologia	Bissau	1951	Lucínio Cruz/Mário de Oliveira	Alterado
307-A	Hospital de Bissau - Pavilhão de Tisiologia	Bissau	1953	Lucínio Cruz/Mário de Oliveira	Construído
336	Imprensa Nacional de Bissau	Bissau	1952	Lucínio Cruz	Não const.
365	Estação Meteorológica da Guiné-Bissau	Bissau	1952	Lucínio Cruz	Construído
387	Pavilhão principal do Hospital Central	Bissau	1953	Mário de Oliveira	Construído
463	Candeeiros para... o Palácio do Governador	Bissau	1954	Mário de Oliveira	Construído
469	Sport Lisboa e Bissau	Bissau	1955	Processo incompleto	Construído
483/486	Projecto Tipo Casas Fim-de-Semana	Praia da Varela	1955/6	Luís Possolo	Não localiza.
527	Pedestal para Monumento a Diogo Gomes	Bissau	s/d	Não identificado	Construído
529	Pedestal para Monumento a Ulisses Grant	Bissau	s/d	Não identificado	Construído
571	Esplanada para Bissau	Bissau	1959	Luís Possolo	Não localiza.
602	Liceu de Bissau - Anteprojecto	Bissau	1959	Eurico Pinto Lopes	Alterado
604	Projecto Tipo Casas Fim-de-Semana	Praia da Varela	1959	Eurico Pinto Lopes	Não localiza.
628	Escola Rural Tipo para a Província da Guiné	Várias	1961	Fernando Schiappa de Campos	
634/635	Centro Emissor e Central Eléctrica CTT	Bissau	1961	Eurico Pinto Lopes	Não localiza.
641	Hospital de Bissau	Bissau	1961	Eurico Pinto Lopes	Parcialmente
641	Hospital de Bissau - Anteprojecto e Ampliação	Bissau	1963	Eurico Pinto Lopes	Parcialmente
641	Remodelação Hospital de Bissau	Bissau	1964	Eurico Pinto Lopes	Parcialmente
729	Posto de Seccionamento nº2	Bissau	s/d	Júlio Naya	Não localiza.
798	Palácio da Justiça de Bissau	Bissau	1974	Eurico Pinto Lopes	Não const.

A análise dos processos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) que guarda parte do espólio deste organismo, não revela grandes alterações na estrutura organizativa e hierárquica do Gabinete motivadas pelas mudanças legislativas realizadas ao longo da década de cinquenta, provavelmente o seu período mais activo.¹¹ Entre 1951 e 1957, quando se cumpre nova reorganização dos serviços, encontram-se envolvidos com projectos do GUU os arquitectos João António Aguiar, Fernando Batalha, Lucínio Guia da Cruz, Eurico Pinto Lopes, Mário de Oliveira, José Manuel Galhardo Zilhão, Luís Possolo e Fernando Schiappa de Campos. Não existindo uma especialização por província, é praticamente o mesmo grupo de profissionais que assina projectos para a Guiné.

11

Foram consultados até à data 140 processos destinados a todas as províncias ultramarinas (35 projectados para a província da Guiné). Estima-se a existência de cerca de 800, baseada na numeração atribuída ao Palácio de Justiça de Bissau, com visto de Abril de 1974 e o número 798. Em relação à Guiné, terão ficado por abrir cerca de 20 maços à guarda do AHU.

12

João Aguiar (1906-1974) possui experiência anterior no gabinete de urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, sendo frequentemente apontado como o principal estratega do urbanismo seguido pelo Gabinete. É então um profissional muito considerado e influente (Fernando Schiappa de Campos, testemunho, 17/07/2009).

13

Idem.

14

Entre os diplomados pela Escola de Belas Artes do Porto (EBAP) estão Lucínio Cruz (1941), Eurico Pinto Lopes (1949) e Mário de Oliveira (1947); são oriundos da Escola de Belas Artes de Lisboa (EBAL), depois Escola Superior de Belas Artes (ESBAL), Galhardo Zilhão (1945); Luís Possolo (1953), Fernando Schiappa de Campos (1954) e Júlio Naya (1959).

15

São ainda autores de estudos sobre arquitectura tropical: *Tropical Architecture in the Humid Zone* (1956) actualizado em *Tropical Architecture in the Dry and Humid Zones* (1964), (cf. TOUSSAINT, 2005: 80).

Ao longo da década de cinquenta há, contudo, circunstâncias que se alteram. As visitas de trabalho aos territórios ultramarinos, previstas desde a fundação, tornam-se mais frequentes. Até então eram quase sempre realizadas por João Aguiar, na qualidade responsável pelos serviços de arquitectura.¹² Mas as deslocações de outros técnicos, sempre que a dimensão e responsabilidade da obra o justificam, vulgarizam-se, principalmente ao intensificarem-se as encomendas.¹³ Mário de Oliveira no seu estudo de urbanização da Praia Varela, na Guiné, de 1959, executado doze anos após o primeiro plano, confirma ter visitado o local em Novembro de 1958 inteirando-se da falta de condições para a prática do turismo, actividade em que o governo mantém alguma expectativa (cf. n.º22A, 1959: 2). Nestes anos assiste-se no GUU à entrada em acção de uma nova geração nascida nos anos vinte, mais receptiva aos ideais modernos, que se forma precisamente na década de cinquenta em Lisboa.¹⁴

É também durante este período que, interpretando o objectivo de especialização que esteve na origem da formação do Gabinete, o Ministério patrocina a frequência do curso em arquitectura tropical leccionado na Architectural Association (AA) em Londres. Luís Possolo é o primeiro a beneficiar desta abertura, logo na edição inaugural de 1954. No relatório que redige para o Subsecretário de Estado do Ultramar, descreve em pormenor o curricula das matérias e a sua organização. O curso divide-se em parte teórica e “execução de projectos elaborados em função dos dois tipos de climas dominantes nessas mesmas regiões, a saber: – o «quente seco» e o «quente húmido»” (POSSOLO, 1955: 1-2). Os trabalhos são avaliados por uma comissão que integra o casal Maxwell Fry e Jane Drew – autores de vários projectos em Chandigarh, realizados entre 1951 e 1954¹⁵, e responsáveis em parte pelo convite a Le Corbusier para projectar a capital do Punjab – e J. McKay Spence. Possolo tem, como colegas de curso, arquitectos oriundos de outras potências coloniais, mas também das “Filipinas, Peru, Nigéria, África do Sul, Kenia, Índias, Indochina, China e Nepal” (Idem: 4). Embora não seja hábito dos arquitectos do Gabinete proporem técnicas construtivas locais, confirma o conselho dos professores britânicos em

colher “ensinamentos na experiência secular dos indígenas... porque os seus hábitos em matéria de construção correspondem, muitas vezes, a concepções que se antecipam às da própria ciência” (Idem: 6). Tudo se resume em “obter-se o máximo de ventilação para a região quente e húmida e o maior isolamento para a região quente e seca” (Idem: 7), preocupações constantes nas memórias descritivas que acompanham os projectos realizados no âmbito do GUU.

Reflexos da cultura moderna que é transmitida pelos docentes da AA são claramente visíveis no Projecto Tipo Casas Fim-de-Semana para a Praia Varela que Possolo faz em Junho de 1955. Propondo quatro variações para residências térreas destinadas “essencialmente para indivíduos que, cansados devido ao trabalho ou à dureza do clima, tenham necessidade de... retemperar a saúde” (n.ºs 483-486, 1955: 1), elabora um esquema evolutivo onde “as plantas deverão ser estudadas de modo a evitarem-se espaços perdidos e recortes que dificultem e encareçam as construções” (Idem). Destinando-se estas casas a uma “região do tipo «quente e húmido»”, seguem princípios construtivos que permitem a ventilação transversal e a “protecção ao sol” através, p.e. de grelhas cerâmicas ou de “elementos verticais de tijolo”. Para a cobertura, em fribrocimento, o arquitecto aconselha que as duas águas sejam “desencontradas de forma a favorecer uma ventilação mais eficiente e uma perfeita saída de ar quente existente no interior da construção” (Idem).

Existe uma prática continuada de especialização que procura contrariar a ideia de que os profissionais do GUU são maioritariamente pouco habilitados para as funções que desempenham. Fernando Schiappa de Campos integra a classe de 1958 do curso de arquitectura tropical da AA. Entre 1959 e 1960 realiza uma missão de seis meses para levantamento do habitat nativo da Guiné.¹⁶ Na Escola Rural Tipo que desenvolve para esta província, em Janeiro de 1961, procura cruzar os ensinamentos da cultura moderna seguida na instituição britânica com a experiência resultante do contacto com as diversas etnias que compõem o povo guineense. O projecto estrutura-se a partir de uma modulação herdeira de princípios de standardização, enquanto se recomenda, para as partes construtiva e decorativa dos edifícios, “que se apliquem... os motivos e os materiais correntes das várias regiões a considerar” podendo ser utilizados “motivos inspirados nos baixos relevos das casas dos fulas, nas pinturas murais dos jovens balantas, dos bijagós, dos felupes e nas aplicações das conchas de «combe» vulgares em todo litoral” (n.º 628, 1961: 3). Na maioria dos casos analisados, todavia, não se verifica uma abertura tão explícita aos valores locais.

16

Estudos sobre a habitação indígena e o povoamento na Guiné ocupam geógrafos e etnógrafos desde pelo menos os anos trinta do século XX (cf. TENREIRO, 1950). O interesse dos arquitectos neste tema parece surgir tardiamente, como aprofundamento da especificidade das condições locais.

Durante a década de cinquenta são ainda tomadas medidas de auto regulação através da formação, p.e., de comissões internas de revisão de projectos, que a partir de 1956 se tornam frequentes na verificação das propostas para equipamentos escolares como liceus e escolas de ensino profissional, mas também para mercados ou estruturas desportivas. São ainda redigidas normas próprias de instalação de complexos educativos nas províncias ultramarinas que adaptam os programas metropolitanos à realidade colonial.

Em 1957, uma nova reorganização reflecte-se na configuração deste organismo com a extinção do GUU e o surgimento em seu lugar da Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH) sob tutela da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC).¹⁷ Cumprindo as expectativas de descentralização dos serviços, os anos sessenta, que são marcados pelo arranque da guerra colonial aberta em três frentes de combate (Angola, Guiné e Moçambique), assistem à constituição de delegações locais. Assim, o Decreto nº45 575, de 26 de Fevereiro de 1964, que promulga o diploma orgânico dos serviços provinciais de obras públicas e transportes do ultramar, é responsável pela criação da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Comunicações da Guiné (Diário do Governo, 1964: 337).¹⁸ Uma nova Lei Orgânica do Ministério do Ultramar é fixada três anos depois, pelo Decreto-Lei nº47 743, de 2 de Junho de 1967, que atribui gradualmente um papel “consultor” à DGOPC, “departamento através do qual se exerce a acção orientadora e executiva do Ministro...tendo simultaneamente por função prestar apoio técnico e especializado aos serviços correspondentes das províncias ultramarinas” (Diário do Governo, 1967: 1185).¹⁹ Até 1974 não existirão alterações significativas, verificando-se genericamente uma desaceleração na execução de projectos por parte da DSHU, correspondendo a uma maior autonomia das estruturas locais.

III. O governo de Sarmento Rodrigues (1945-1948)

Manuel Maria Sarmento Rodrigues, oficial da Marinha portuguesa, é destacado por Marcelo Caetano para governador da Guiné, antes ainda do final da Segunda Guerra, num tempo muito próximo à formação do GUC. Durante o seu governo, a província conhece uma época de desenvolvimento, servindo de “campo de ensaio” aos “novos rumos da política colonial portuguesa.” (SILVA, 2006: 143). Este período progressista tem a sua expressão mais emblemática na revogação do “Diploma dos Assimilados”²⁰, o que valerá a Sarmento Rodrigues ser visto como tendo responsabilidades na formação de uma “nova escola de política ultramarina” (Álvaro da Silva Tavares in Idem: 145).

17

Nos processos consultados surgem por vezes menções à extinção do GUU. É o caso dos pareceres do Trabalho nº 525, referente à Associação Desportiva da Pemba, Porto Amélia, de Fernando Schiappa, 1958.

18

É alterado pelo Decreto-Lei nº 47 519, de 1 de Fevereiro de 1967. A Portaria nº21 815 do Ministério do Ultramar, 20 de Janeiro de 1966, dá liberdade à contratação de técnicos por parte da Repartição Provincial da Guiné, para suprir eventuais lacunas. A legislação da década de sessenta foi reunida por Pedro Godinho.

19

O artigo 175º descreve os lugares do quadro da DGOPC (Diário do Governo, 1967: 1200). O Mapa VII refere-se ao pessoal e vencimentos (Idem: 1207).

20

O Diploma Legislativo nº 535 de 8 de Novembro de 1930 é substituído pelo chamado “Diploma dos Cidadãos” (Diploma Legislativo nº 1364, de 7 de Outubro de 1946), “pelo qual são conferidos direitos de cidadania aos nativos da Guiné.” (RODRIGUES, 1949: 119-126). A partir deste momento a população negra passa a ser constituída por indígenas e cidadãos (o mesmo que “civilizados”), abolindo-se a terceira categoria dos «assimilados». “Este regimento só em 1954 seria aplicado em Angola e Moçambique pelo novo «Estatuto dos Indígenas».” (SILVA, 2006: 144; cf. DIAS; HORTA, 2005: 481).

O perfil empreendedor de Sarmiento Rodrigues, revelado enquanto governador da Guiné e confirmado mais tarde aquando da sua passagem como ministro pelo MU, reflecte-se também na promoção de obras públicas. Coincidindo o seu governo com o arranque do Gabinete, a sua actuação permite analisar como se exercem as relações, nesta primeira fase, entre o poder colonial – que está no terreno – e os técnicos que permanecem em Lisboa. Entre os seus “discursos e afirmações”, que reúne em livro um ano depois de deixar o cargo, há menções a edifícios públicos projectados no âmbito do GUC. Estas referências surgem, p.e., no discurso à primeira sessão do Conselho de Governo, logo a 3 de Julho de 1945, onde apresenta a estratégia que pretende implementar para a região e não apenas na capital Bissau. Nela afirma figurar “no primeiro plano das realizações, como mais visível, o trabalho de obras públicas”, adiantando possuir “uma vasta lista de obras projectadas para um período... bastante curto” (RODRIGUES, 1949: 37). Desta lista fazem parte construções em andamento, como o “Palácio, Sé, capelas de Catió, Bafatá, Canchungo, Mansoa e Gabu, moradias projectadas para os funcionários em Bissau, o monumento ao Esforço da Raça, edifício da Praça do Império... e outras tentativas dispersas pela Colónia” (Idem). Para lá da reorganização dos serviços que a possibilidade de novos edifícios proporciona, as suas preocupações principais são as infra-estruturas de transportes (Idem: 39), a assistência sanitária (Idem: 41) e o saneamento básico (Idem: 42).

Parte dos projectos mencionados por Sarmiento Rodrigues transita ainda das brigadas e missões para o ultramar, ou mesmo de processos iniciados por serviços locais, integrando o arquivo do GUC. Inclui-se aqui o caso da igreja de Bafatá, onde o “trabalho do Gabinete constituiu somente na alteração das fachadas do projecto original elaborado pelos Serviços de Obras Públicas da Guiné em 1942...havendo que subordinar todo o arranjo ao facto da igreja já estar quase concluída” (nº 274, 1950). No parecer que redige, já no tempo do governador Raimundo Serrão (1949-1953), Rogério Cavaca explica ter-se conseguido “uma composição mais equilibrada e sem os artifícios de mau gosto que figuravam no projecto original” (Idem). As alterações de João Aguiar dotam o edifício ecléctico primitivo de uma configuração mais “robusta”, porventura mais nacional ou mesmo “chã”. Idêntico processo de “simplificação” é aplicado por João Simões, com a colaboração de Galhardo Zilhão, à Sé Catedral de Bissau, originalmente um projecto de Vasco Regaleira, também de 1942, que conhece outras propostas de alteração. No processo de 1945, explica-se ter o Gabinete procurado “dar solução definitiva não só às partes construtivas que acusavam deficiências de execução, como ainda aos aspectos decorativos que apresentavam ilogismo construtivo ou encargos que tornavam

a obra de difícil conclusão” (nº 10, 1945: 1). Reconhece-se aqui o discurso habitual de Simões, que adianta ter executado o projecto dentro do “critério da simplicidade, pois são grandes as dificuldades e insuficiência de meios da Colónia” (Idem).

Não permanecendo mais que dois anos no GUC, para onde vai a convite de Aguiar (cf. SIMÕES, 1989: 11), projecta também uma enfermaria mista para Bafatá no ano seguinte onde, dentro do mesmo espírito pragmático, deixa materiais e soluções construtivas em aberto.²¹ Os edifícios de Simões cruzam um entendimento moderno do programa com uma linguagem de configuração tradicionalista, constituindo Bafatá um exemplo típico do seu entendimento sobre a prática de uma arquitectura nacional. Quando, no I Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em Lisboa em 1948, Simões se dirige aos congressistas, naquela que foi a única comunicação em debate sobre a questão da arquitectura colonial, acusa serem “os projectos... do Gabinete de Urbanização Colonial [executados] sem a colaboração e compreensão das entidades locais que os vão por em prática” (SIMÕES, 1948: 148), confirmando a tese da distância.²² Mas o tema fundamental, nesta sua sessão, está em alertar para a inexistência ainda de uma “Arquitectura funcional, bem resolvida, a que fosse possível chamar a nossa Arquitectura colonial” (Idem: 147).

²¹

“Aplicar-se-à na construção das paredes de elevação alvenaria de pedra ou de tijolo, ou ainda blocos de cimento.” Trabalho nº 32, 1946: 5.

²²

Simões defende que o Gabinete se deve tornar um “Instituto de Estudos e Investigação das questões relacionadas com o Urbanismo e a Habitação” coloniais (p. 149), o que nunca acontecerá. É muito provável que a sua comunicação tenha sido escrita com o jovem Francisco Castro Rodrigues, então tirocinante no GUC (o que o impede de falar publicamente) e futuro arquitecto da Câmara Municipal do Lobito, Angola.



Figura 2: Sé Catedral de Bissau (foto: Eduardo Costa Dias, 2009)

Figura 3: Transformação da Sé Catedral, João Simões, 1945 (Trab. 10, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 62)

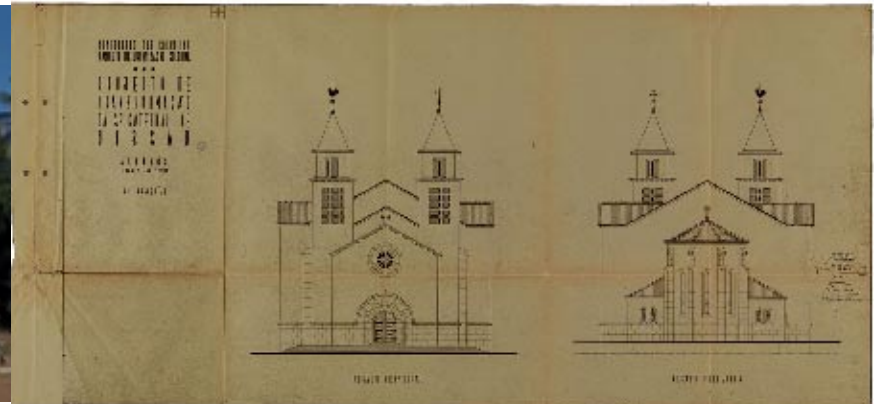


Figura 4: Enfermaria em Bafatá (foto: AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1961: s.p.)

Figura 5: Enfermaria Mixta de Bafatá, João Simões, 1946 (Trab. 32, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 65)



²³ Castro Rodrigues testemunha ter participado no projecto para um museu na Guiné (MILHEIRO, 2008: 4). Dada a proximidade profissional entre ambos é possível que se trate da obra construída em Bissau. O projecto não foi todavia localizado nos arquivos do AHU.

De entre os edifícios, cujo processo é iniciado nesta época e que se aproxima da concepção de Simões, encontra-se o museu, “a lembrar uma casa portuguesa” (AGUIAR, 1964: 80), localizado na antiga Praça do Império, onde funciona hoje o governo da república da Guiné-Bissau, ao lado do antigo palácio do governador.²³ Sarmiento Rodrigues anuncia o lançamento deste Museu, Biblioteca e Arquivo Histórico na primeira reunião do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, em Novembro de 1946 (RODRIGUES, 1949: 158); prevendo a sua conclusão – “um alto benefício no campo cultural” – para 1948, na Segunda Conferência dos Administradores, realizada no final de 1947 (Idem: 385). Ciclicamente, portanto, vai dando notícias do andamento das diversas obras do seu governo, reforçando a urgência de “CONSTRUIR” num território “onde ainda há tanto que fazer” (Idem: 181). Aos Cassangas, p.e., entre garantias de não criar mais impostos, promete: “O Governo tem feito muitas enfermarias e mais há-de fazer” (Idem: 205).

Em “Como na metrópole se olha pela Guiné”, discurso de 1947, surge a primeira citação directa à actividade projectual desenvolvida em Lisboa, destacando que o “Gabinete de Urbanização Colonial esteve durante um longo período a trabalhar quase exclusivamente para a Guiné” (Idem: 222). Reforça-se a falta de autonomia da colónia em matéria de projectos de arquitectura e urbanismo. A acção principal centra-se no reconhecimento territorial e na prática urbanística.

“Fizeram-se os levantamentos topográficos de Bissau, Bafatá, Varela, Canchungo, Mansoa, Farim, Gabú, bem como esboços para os planos de urbanização de Varela, Canchungo, Farim, Mansoa e sobretudo o de Bissau, que me parece não ter merecido o carinho devido por parte da população. Vieram projectos para enfermarias, postos sanitários, escolas, moradias, igrejas, postos administrativos, mercados e tantos outros edifícios.” (Idem)

²⁴ A insuficiência de habitação, principalmente a destinada a funcionários públicos, é preocupação frequente dos diversos governadores da Guiné, encontrando-se nos discursos tanto de Sarmiento Rodrigues (RODRIGUES, 1949) como de António de Spínola (SPÍNOLA, 1970).

Como se percebe, o Gabinete ocupa-se de edifícios públicos correntes, de pequena e média escala, o que evidencia o carácter pragmático da sua orientação. Associa a estes programas, a habitação,²⁴

usualmente para funcionários públicos, e raramente estruturada em conjuntos colectivos. Este dado é comentado por Mário José Garcez Ventim Neves, engenheiro-chefe de Brigada, fixado em Bissau, em Junho de 1946, no Anteprojecto de Casas Económicas para a cidade. Lamenta este técnico “que se force os seus habitantes a percorrer diariamente e duas vezes por dia... uma grande distância...sendo de admitir que as casas se tornem económicas por uma construção em blocos” (s/n, 1946: s/p). A defesa da habitação colectiva surge assim por via de um pragmatismo exacerbado e sem qualquer vestígio ideológico: “Duma construção em bloco pode-se tirar um partido arquitectónico tal que inclui-la no centro da cidade, em vez de a prejudicar, só viria a valorizá-la” (Idem). Esta posição mantém-se como excepção. A regra, transversal às diversas ordens sociais do funcionalismo público, é representada pela moradia para funcionário superior, de Mário de Oliveira.

Figura 6: Moradia para funcionário superior, Bissau, Mário de Oliveira, 1948 (Trab. 187, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 50)



A tradicional galeria – ou varanda – em redor da casa mantém-se como um sinal atávico das velhas construções coloniais europeias, (cf. TOUSSAINT, 2005: 84) não se verificando nesta proposta de 1948 qualquer actualização linguística moderna. Oliveira é aliás um resistente à entrada das ideias do Movimento Moderno no país, permanecendo convicto que a “Arquitectura não deverá ser internacional, mas sim nacional” (OLIVEIRA, 1948: 27), como declara no I Congresso. No seu projecto para a residência das irmãs de Bissau, também de 1948, recorre ao mesmo plano estilístico de feição nacionalista. O projecto original pode ter servido de base para o edifício onde funciona hoje a escola Prof. António José de Sousa, antiga escola das missões católicas, cuja traça actual surge já em publicações de 1961 (cf. AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1961: s.p.). As preocupações com o clima reflectem-se na implantação, expondo-se que deve “ser colocado de tal forma que a sua fachada principal fique em direcção dos ventos dominantes” (nº182, 1948: 2). Para lá de igrejas e capelas, os arquitectos do GUC

executam também este tipo de programas destinados a ordens religiosas, uma excepção às obras de promoção pública estatal que constituem o seu núcleo principal de trabalhos.

Figura 7: Escola Prof. António José de Sousa (foto: Eduardo Costa Dias, 2009)

Figura 8: Residência das Irmãs de Bissau, Mário de Oliveira, 1948 (Trab. 182, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 50)



Em 1947, Sarmiento Rodrigues refere-se à situação da obra do “Palácio de Bissau”, peça emblemática da presença portuguesa no plano da representatividade, que “continuará ainda com maior intensidade, de modo que a sua conclusão já não leve anos, mas apenas meses” (RODRIGUES, 1949: 385). O palácio do governador, localizado no topo superior da antiga Avenida da República, hoje Avenida Amílcar Cabral, posiciona-se como centro simbólico do poder. A sua implantação faz sobressair a estrutura urbana assente em quadrícula e hierarquizada através de um sistema de ruas rectilíneas que tem nesta avenida semi-arborizada o seu eixo monumental e onde se irão situar os principais serviços públicos (cf. AGUIAR, 1964: 78-79).²⁵ É adaptado por João Aguiar, ainda em 1945, seguindo um esquema “clássico” de composição tripartida e simétrica e recorrendo a elementos decorativos historicistas que reforçam a sua filiação numa arquitectura nacional, figurativamente próxima do que Marcelo Caetano apelida de “português suave”. Não considerada no desenho original é a galeria térrea que protege a entrada e providencia uma estadia superior sobre a avenida.

Os mesmos princípios compositivos são seguidos por Aguiar em projectos para a metrópole, caso dos Paços de Concelho da Covilhã, de 1949-1952, provando-se ser uma linguagem que manuseia habitualmente nestes programas e em qualquer localização. Nas “considerações sobre o aspecto estético” do palácio, Aguiar adianta ter-se procurado “uma expressão arquitectónica que se impusesse pela sua dignidade” (nº9, 1945: 3). A opção por materiais locais justifica-se “não só para satisfazer o propósi-

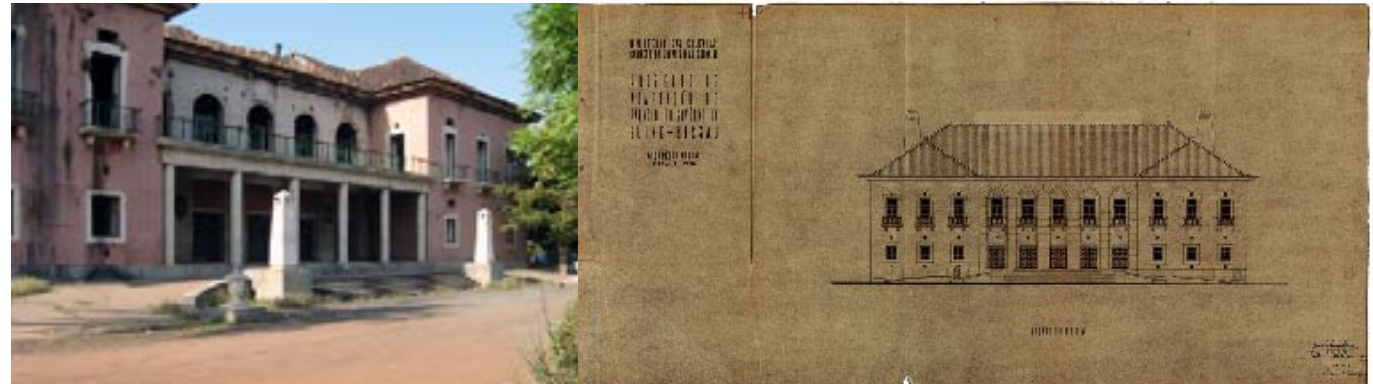
25

“Sur le plan de l'urbanisme, les pouvoirs coloniaux ont aménagé le centre en fonction des activités: quartier commercial, quartier administratif, quartier des affaires, quartier résidentiel, zone portuaire, et zone de la gare. Son organisation obéit à un plan d'urbanisme notamment plan en damier ou plan circulaire. Les rues et avenues sont larges et rectilignes, les chaussées goudronnées ont leurs trottoirs alignés d'arbres. Les maisons bien alignées, disposent d'un jardin et d'une devanture ornée de fleurs. Par contre dans la périphérie se déploie la ville africaine caractérisée par son désordre.” (MENDY, 2006: 10).

to... de economia como por princípio de ordem técnica” (Idem). Da paleta consta, p.e., o “cavan”, “aglomerado de pedra e cimento cuja eficácia e efeito decorativo estão largamente experimentados” (Idem). Resistência e economia são objectivos correntes nestas obras.

Figura 9: Palácio do Governo, bombardeado em 1998 (foto: Eduardo Costa Dias, 2009)

Figura 10: Adaptação do Palácio do Governo, João Aguiar, 1945 (Trab. 9, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 62)



Entre 1945 e 1948, Bissau ganha edifícios de representação, política ou religiosa, mas também um conjunto de equipamentos culturais, desportivos,²⁶ hospitalares, entre outros, com o objectivo de estar à altura da função de capital que ostenta desde 1941: “Nesta cidade de S. José de Bissau, que sem parar se transforma e alinda – ontem um bairro novo, um cais, uma praça, agora as águas, um estádio, um museu; amanhã um palácio, uma catedral, ruas de asfalto...” (Idem: 306). As comemorações do V Centenário da descoberta da Guiné são uma oportunidade para lançar novos empreendimentos e captar financiamento junto de Lisboa.²⁷ Pela leitura dos seus discursos, percebe-se que Sarmiento Rodrigues está particularmente interessado nas grandes obras de infra-estruturas, que resolvam necessidades básicas, como o saneamento (água potável e esgoto), vias de comunicação terrestre (estradas e pontes) ou a ligação aérea, representada pela construção de um aeroporto na região de Bissau²⁸. A construção do porto de Bissau²⁹, onde irá jogar parte do seu prestígio e habilidade política, é emblemática desta opção pelas grandes obras de infra-estruturas.

“Além das obras em curso e outras que continuamente são iniciadas, em todos os sectores, vai entrar em imediata execução o plano das grandes realizações. Plano que não é nenhuma ficção... mas é uma verdadeira realidade. Para os próximos dias, o começo da ponte-cais de Bissau e o da ponte de Ensalma... A essas obras outras virão a seguir, dentro de pouco tempo, entre elas se contando as pontes de Bafatá, Braia e Alferes Nunes, o campo de Aviação de Bissau e asfaltamento consequente da estrada que o serve, bem como das ruas de Bissau...” (Idem: 369)

²⁶

“Fizemos obras de vulto sobretudo em Bissau, onde um campo de ténis foi construído e decorre a edificação do pavilhão com bancadas, de cimento armado, já completamente dotado e que fica a ser o mais importante melhoramento desportivo até hoje efectuado na Guiné.” (RODRIGUES, 1949: 284).

²⁷

“A todos nós causa ainda surpresa como foi possível construir e por em funcionamento 47 postos sanitários novos, numa Colónia que não tinha 10! ... E essa inundação de construções que vai de uma ponta à outra da Colónia?” (Idem: 259).

²⁸

“O estudo do aeroporto de Bissau decorre, finalmente, depois de três anos de árduas e constantes tentativas para aqui trazer técnicos.” (Idem: 465).

²⁹

Não foi consultado o processo referente à obra da ponte-cais existente no AHU.

30

“« A obra perferida », Discurso no início oficial da construção da ponte levadiça sobre o Impenal – Ensalma, 10 de Julho de 1948” (RODRIGUES, 1949: 513-520).

31

“Ainsi le 15 juin 1948, l'acte législatif n° 1416 approuve le plan directeur d'urbanisme de la ville. Il élargit l'aire de Bissau en lui définissant de nouvelles limites.” (MENDY, 2006: 73).

32

“En 1914 la « Praça São José » est ouverte sur l'extérieur par le démantèlement de la muraille ... Elle a alors l'aspect d'une petite agglomération de vieilles habitations aux rues étroites avec de nombreux entrepôts ... La même année, Bissau est élevée au statut de ville. Une tendance d'expansion de la ville européenne se dessine de plus en plus.” (Idem: 68). O primeiro plano da cidade deve-se ao engenheiro José Guedes Quinhones (cf. FERNANDES; JANEIRO, 2005: 31).

33

“A cidade de S. José de Bissau tem hoje um apreciável conjunto de artérias e edificações. Todas elas não bastam, porém, para os seus numerosos habitantes que aumentam dia a dia. Possui hotéis, hospitais, estádio, praças, monumentos, uma catedral, água canalizada, luz e todas as modernas conveniências. Secaram-se os pântanos que a envolviam e a empestavam.” (RODRIGUES, 1949: 484).

Esta iniciativa “desenvolvimentista” não parece trazer grandes contrapartidas económicas e uma viragem na direcção estratégica do Ministério das Colónias acaba por privilegiar o “incremento da produção agrícola” sobre as infra-estruturas pesadas, uma vez que o novo ministro Teófilo Duarte (1947-1950) “considerava que as obras do cais de Bissau e da ponte de Ensalma³⁰ estavam a ser bastante custosas” (SILVA, 2006: 145). Só em 1953 é inaugurada a ponte-cais por Raúl Ventura, Subsecretário de Estado do Ministério do Ultramar, época em que Sarmento Rodrigues, já em Lisboa, tutela o ministério (cf. SILVA, 2006: 148).

Antes de deixar Bissau, Sarmento Rodrigues vê ainda aprovado o diploma legislativo de 15 de Junho de 1948 que define o Plano Geral de Urbanização da Cidade.³¹ Desde 1914 que não existe uma estratégia planeada para o crescimento de Bissau,³² embora o foral de 1923 tenha contribuído para “edificar, em curto período de tempo, uma pequena cidade de aspecto agradável”, como o próprio reconhece (RODRIGUES, 1949: 487). A passagem a capital da colónia encontra já uma urbe com “bairros novos, muito para além das vistas da velha fortaleza abandonada” (Idem: 484). Tendo chegado aos limites do seu crescimento, há urgência em redesenhar novo perímetro.³³ Nesse sentido dá-se início, em 1945, pelo “Gabinete de Urbanização Colonial, ao levantamento da cidade e de uma zona envolvente, planta indispensável como base para os estudos de urbanização que foram seguidamente executados e enviados à Guiné... expostos à consulta da população de Bissau” (Idem: 488). O resultado permite genericamente, seguir a orientação do “antigo traçado da cidade, de forma a não prejudicar apreciaavelmente os interesses criados pelos seus moradores”, exigindo-se apenas que os novos quarteirões não sejam demasiado “retalhados” e criando por consequência menos ruas: “Entre o antigo e o novo traçado procurou fazer-se a transição, o menos bruscamente possível” (Idem). Dentro da cidade convencional ou “europeia”, que exclui o perímetro destinado às populações nativas, há uma opção clara pela sectorização, delimitando áreas específicas para o funcionamento das principais actividades urbanas representadas pelo porto, hospital, cemitério, centro desportivo, zona educativa e áreas residenciais (cf. Idem: 489).

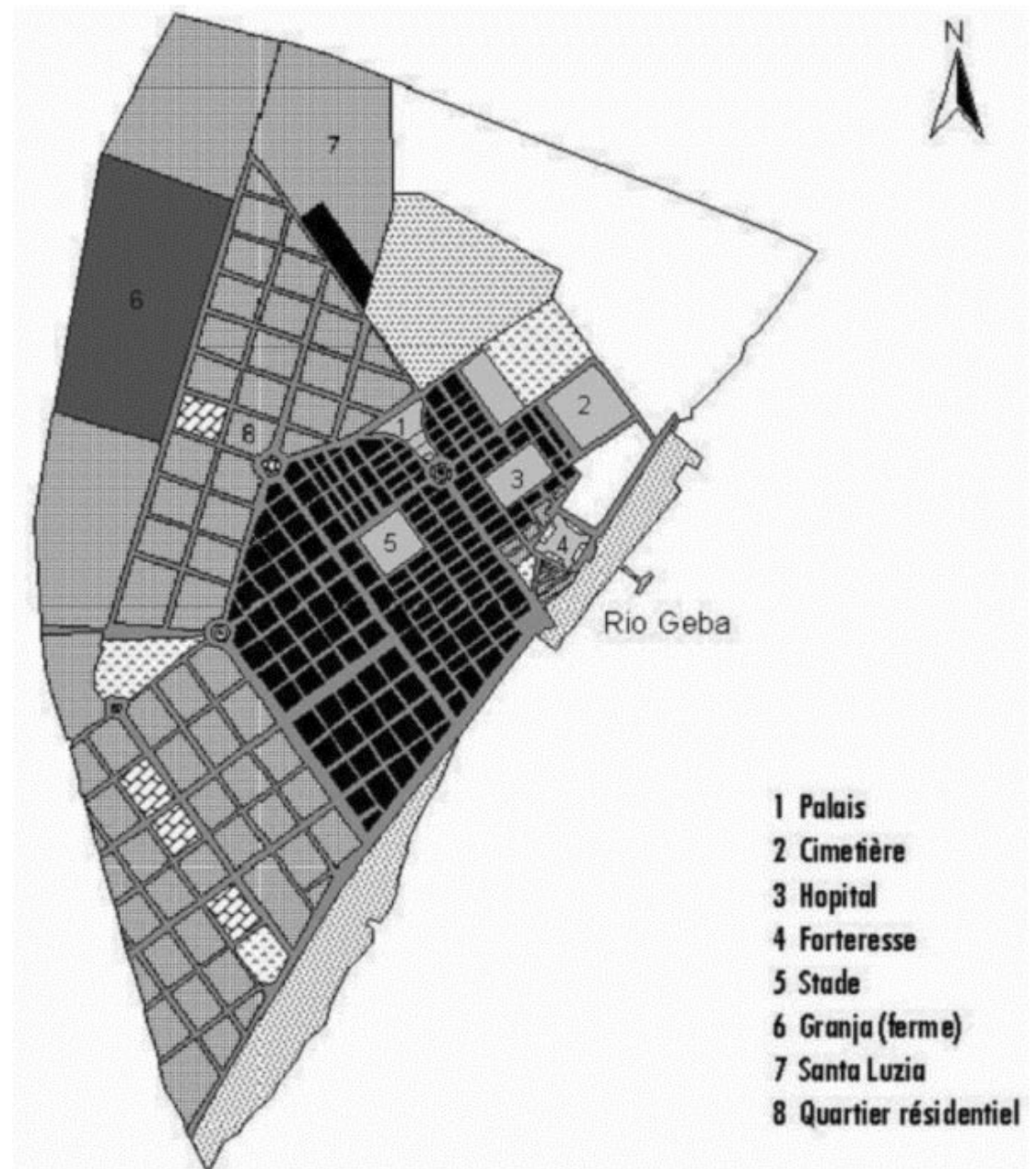
“Se das linhas gerais deste plano muito dependerá a beleza da cidade, também não é menos certo que na mão das futuras vereações municipais estará a vigilância continua sobre a estética citadina, orientando as construções e seus tipos, variáveis de bairros para bairro, velando pela arquitectura e pelo arranjo e pelo asseio, de modo que os habitantes sejam os primeiros a gostar da sua cidade” (Idem).

Sarmiento Rodrigues tem portanto razões para elogiar o trabalho desenvolvido em Lisboa, onde o “Gabinete de Urbanização tem tido oportunidade de prestar grandes serviços materiais à Guiné.” (Idem: 344). Nesta primeira fase de existência do GUC parece assim existir convergência de interesses. Ao contrário de Marcelo Caetano, o governador não tece comentários de índole estilística ou de desempenho arquitectónico nos seus discursos. Para si, a maior qualidade de um edifício é a durabilidade, condição que se manifesta numa construção sólida. Isso mesmo esclarece no início dos trabalhos da ponte-cais do porto de Bissau, em Julho de 1948, realização que marca futuramente a imagem do seu governo no domínio das obras públicas: “Pretendi que esta construção tivesse aquela característica



Figura 11: Praça dos Heróis Nacionais, antiga Praça do Império (foto: Eduardo Costa Dias, 2009)

Figura 12: Bissau – Plano urbano aprovado em 1948. Fonte: MENDY, 2006: 74 [Fonte original: C.C. Jr. ACIOLY, Planejamento Urbano, Habitação e Autoconstrução. Experiências com urbanização de bairros na Guiné-Bissau, Delft: Université de Technologie de Delft, 1993]



que tanto me tem preocupado aqui na Guiné e que desejaria sempre imprimir em todas as obras: a duração indefinida; resistência capaz de sofrer todos os maus tratos, de dispensar menores cuidados” (Idem: 510). A estes argumentos de resistência, são igualmente sensíveis os arquitectos que trabalham nesta época no Gabinete, para quem o exercício ecléctico, desde que não prejudicial no plano da funcionalidade, é perfeitamente aceitável.

Na sua maioria, profissionais formados entre meados dos anos trinta, inícios de quarenta, e com experiência profissional acumulada, casos óbvios de Aguiar ou de Simões, estes arquitectos incutem aos projectos do GUC um cunho de solidez construtiva. O que se prolonga como marca da geração intermédia, representada por Lucínio Cruz ou Mário de Oliveira, também com percurso exterior ao Gabinete. Esta geração fará a transição para os mais novos, a exemplo de Luís Possolo ou Schiappa de Campos que, pelo contrário, afirmam-se preponderantemente pelo trabalho no Gabinete onde procuram imprimir obra mais moderna depois da segunda metade de 1950.

IV. Bissau colonial e moderna (1950-1974)

A Bissau idealizada por Sarmento Rodrigues enquanto governador ganha forma depois do seu governo. Já com Raimundo Serrão no seu lugar serão inauguradas algumas das principais obras por si lançadas (cf. SILVA, Op. Cit.); enquanto Ministro do Ultramar continuou a acompanhar de perto a implementação da política de infra-estruturação de Bissau e da Guiné. Até ao final dos anos cinquenta, a província conhece três novos governadores: Mello e Alvim (1954-1956); Álvaro Silva Tavares (1956-1958); e Peixoto Correia (1958-1962) (cf. Idem: 148 e seg.).³⁴ A partir desta década também começam a ser implementados gradualmente os quatro Planos de Fomento³⁵ que se estendem às regiões africanas sob domínio português, cessando às vésperas da independência. No caso da Guiné, o primeiro, que se inicia em 1953 prolongando-se por cinco anos, surge apontado como tendo beneficiado o sector das obras públicas, “que não só tem absorvido a maior parte da verba... como [é] aquele que, logicamente, maior trabalho tem apresentado”; segundo relato de Armando de Aguiar, jornalista nascido na província e em viagem de reconhecimento no início de sessenta (AGUIAR, 1964: 49).³⁶ Em relação a Bissau, noticia ainda no seu elogio propagandístico ao governo provincial que de “entre as obras autorizadas, as mais importantes foram: construção do pavilhão de fisiologia...; do Centro Emissor e Central Eléc-

³⁴ Cf. AGUIAR, 1964: 22

³⁵ São colocados em marcha quatro Planos de Fomento: 1953-1958 – I Plano; 1959-1964 – II Plano; 1965-1967 – Plano Intercalar; e 1968-1973 – III Plano. Um IV Plano previsto para os anos de 1974-1979 é apanhado pela Revolução de Abril, não chegando a ser promovido.

³⁶ As repercussões fazem-se sentir posteriormente: “Assim dos 132 projectos diversos, orçamentados em 18729 contos, foi autorizado o início de 86 e o prosseguimento de 8 começadas em 1958. Com a excepção dessas 94 obras, em 1959, foram aplicados 13136 contos assim distribuídos: Edifícios – conservação e reparação, 1680 contos; obras novas, 6350 contos. Estradas e pontes – conservação e reparação, 1477 contos; obras novas, 2124 contos. Portos e diversos – 1505 contos.” (AGUIAR, 1964: 49-50).

³⁷ O contributo destes arquitectos estende-se às mais variadas realizações. Como exemplo da diversidade de programas que os ocupam, refere-se, p.e., os projectos tipo para pedestais de estátuas que celebram heróis evocativos da expansão marítima ou da afirmação do poder colonial – casos dos monumentos a Diogo Gomes ou a Ulisses Grant (presidente norte-americano que, em 1870, arbitra o litígio entre Portugal e a Inglaterra sobre a posse de Bolama), implantados

trica no Aeroporto Craveiro Lopes; de um armazém no porto... e urbanização da zona portuária e marginal; do quartel dos Bombeiros Voluntários” (Idem: 50). Alguns destes projectos envolvem técnicos do Gabinete cuja actuação se desmultiplica em diferentes programas.³⁷ Confirma-se que a “cidade tem crescido num ritmo que há duas décadas não seria possível prever” (Idem: 79).

no âmbito do esforço de “aformoseamento” dos espaços públicos de Bissau e fenómeno que se vulgariza em outros territórios ultramarinos. A estátua de Grant é da autoria de Manuel Pereira da Silva, 1955.

³⁸

Dentro do quadro da produção de Lucínio Cruz é lícito atribuir-lhe igualmente o projecto construído.

³⁹

Cf. Planta de implantação, Trabalho nº 194, 1948 (AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 11).

⁴⁰

Lucínio Cruz, Alberto Aires de Sousa e Mário Oliveira, 1954-1966.



Figura 13: Bissau colonial e moderna, c. 1950 (foto: AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1961: s.p.)

Figura 14: Alguns edifícios públicos em Bissau (localização aproximada colocada sobre mapa de toponímia actualizada depois da independência). Atribuído localmente a Eurico Lopes, c. 1996.

a. 1945-1949 (projectos realizados pelo GUC)

1. Palácio do Governo
2. Sé Catedral
3. Escola das Missões Católicas
4. Mercado Municipal
5. Hospital de Bissau

b. 1950-1959 (projectos realizados pelo GUU/DSUH)

6. Edifício dos CTT
7. Pavilhão de Tisiologia
8. Estação Meteorológica da Guiné
9. Pavilhão Central do Hospital de Bissau

c. Outros projectos não datados (até 1974)

10. Candeeiros do Palácio do Governador
11. Sport Lisboa e Bissau
12. Liceu de Bissau
13. Museu, Biblioteca e Arquivo Histórico
14. Monumento ao Esforço da Raça
15. Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné (iniciativa privada)
16. Cinema UDIB (iniciativa privada)
17. Administração Civil
18. Alfandega
19. Edifício de Funcionários dos CTT



A década abre assim com uma realização estratégica – a sede dos Correios e Telégrafos de 1950 –, com que Lucínio Cruz dá continuidade a um conjunto de projectos da sua autoria para a cidade, iniciados com o desenho da Câmara Municipal. O edifício actual dos CTT, “sem apertos nem espaços acanhados... edifica[do] para o futuro” (Idem: 79), é uma versão “monumentalizada” do projecto consultado no AHU,³⁸ tendo ganho uma fachada e um pórtico de maior impacto cenográfico. A sua importância urbana explica a implantação em frente à Sé, ocupando um lote antes destinado à prefeitura que acabará por não se realizar;³⁹ e dando o tardo ao mercado central da cidade, hoje desactivado. Inscrevendo-se no ciclo da arquitectura do Estado Novo, este conjunto de obras representa a apreensão de uma linguagem historicista, ainda que muito aligeirada, que caracteriza a promoção oficial, portadora de “um sentido de grandeza... [que] está a ressurgir” (Idem).

41

O mesmo é sugerido por João Simões na comunicação ao congresso de 1948 (cf. SIMÕES, 1948: 148).

42

Cf. POSSOLO, currículo aos 35 anos, n/a; n/d [5 páginas manuscritas] (espólio particular Arq. Luís Possolo).

Figura 15: Antiga Sede dos Correios e Telégrafos (foto: Eduardo Costa Dias, 2009)

Figura 16: Edifício dos CTT, Lucínio Cruz, 1950 (Trab. 268, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 29)



É porém contra este repertório estilístico que os arquitectos da facção moderna se manifestam no I Congresso de 1948. Mas as fronteiras figurativas estão rarefeitas e até um arquitecto de “discurso moderno”, como Simões, faz arquitectura “tradicionalista”, como se viu. Por sua vez, o próprio Lucínio Cruz colabora em conjuntos urbanos para a cidade de Lisboa, p.e., no eixo da Avenida Estados Unidos da América, onde os princípios modernos não estão totalmente ausentes.⁴⁰ Todavia, os seus edifícios para o plano da Alta de Coimbra, casos da Faculdade de Medicina, de 1952-1956, ou do Departamento de Matemática, já de 1959, aproximam-se do ideal concretizado em Bissau. Tratam-se naturalmente de realizações de escala mais monumental e consequentemente do ponto de vista ornamental apresentavam-se mais detalhados e com colaborações artísticas muito qualificadas.

43

Peres Fernandes endereça carta à Associação Comercial, Industrial e Agrícola

Figura 17: Faculdade de Medicina (à esq.), Coimbra, Lucínio Cruz, 1952-1956 (foto: Ana Vaz Milheiro, 2009)

Figura 18: Câmara Municipal de Bissau, Lucínio Cruz, 1948 (Trab. 194, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 11)



O mesmo padrão estético encontra-se nos projectos não construídos da Câmara de Bissau, já mencionado, ou da Imprensa Nacional, de 1952. Ambos decorrem da simplificação deste modelo correntemente utilizado por outros gabinetes de obras públicas para o território metropolitano. Na generalidade estes edifícios administrativos não inovam tipologicamente em relação aos seus congêneres oitocentistas, apresentando uma composição baseada em volumes depurados e representativa da organização interna. Apesar de derivarem de uma arquitectura monumental e propositadamente figurativa, são em Bissau – talvez por influência dos princípios incutidos por Sarmento Rodrigues (grande durabilidade; forte resistência aos maus tratos; baixos custos de manutenção) –, bastante simplificados nos seus esquemas ornamentais.

Igual linguagem é retomada na versão construída do Pavilhão de Tisiologia, nas reservas de terreno do Hospital Central, também por Lucínio Cruz, em parceria com Mário de Oliveira. A versão final do edifício, destinado ao tratamento da tuberculose, coincide com a segunda proposta, e está já concluída no início dos anos sessenta (Cf. AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1961: s.p.). Demonstra-se aqui como as preocupações funcionais dominam o desenho, em detrimento de um desempenho mais “artístico” apesar da perspectiva realizada do projecto pressupor um esquema ambicioso. Respeitando o programa fornecido pelo governo da Guiné, a maior preocupação é com a orientação que, aconselham os arquitectos, seja feita “de modo a que a fachada de maior desenvolvimento fique defendida contra a insolação” (nº307A, 1953: 3). O estudo da ventilação encontra-se perfeitamente agilizado como uma norma técnica que informa a “arquitectura tropical” e é comum a outros processos.

“A situação das portas e janelas e a sua correspondência em paredes opostas, permitem activar a circulação do ar por efeito dos ventos dominantes (ventilação horizontal). Por meio de ventiladores provoca-se uma contínua renovação do ar resultante da diferença de densidades em função da temperatura (ventilação vertical ou diferencial), devendo... evitar-se as correntes descendentes que podem comunicar temperaturas mais elevadas.” (nº 307A, 1953: 3)

Figura 19: Pavilhão de Tisiologia (foto: AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1961: s.p.)

Figura 20: Pavilhão de Tisiologia, Lucínio Cruz/Mário de Oliveira, 1953 (Trab. 307A, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 65)



Figura 21: Pavilhão de Tisiologia, Lucínio Cruz/Mário de Oliveira, 1953 (Idem)

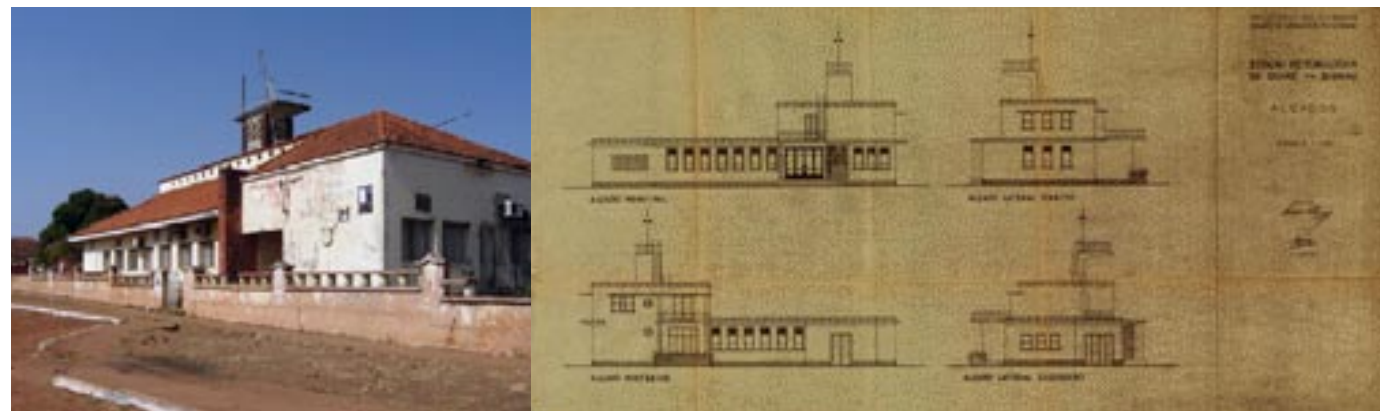
A opção por uma cobertura inclinada de quatro águas, condição também corrente nas construções anteriores, é aqui justificada por questões climáticas já que nas “regiões tropicais a maior parte do calor é transmitida ao edifício através do telhado”. A sua configuração volumétrica permite facilmente criar uma caixa-de-ar ventilada, como explicam os autores na Memória Descritiva (cf. Idem:3-4).

Nesta mesma década, o clima de Guiné é descrito por Henrique Galvão e Carlos Selvagem como “acentuadamente tropical, costeiro,... de modo geral, considerado insalubre e mortífero pelo rigor dos fenómenos meteorológicos” (GALVÃO; SELVAGEM, 1951: 23). As razões são: “altas temperaturas, humidades densas, pressão atmosférica baixa, ozonização excessiva – agravados pelas emanções dos solos pantanosos das regiões baixas e pelas frequentes inundações” (Idem). É precisamente na Estação Meteorológica desenhada em 1952 que Lucínio Cruz ensaia soluções para coberturas planas. Neste caso específico, propõe que seja construída em betão armado, e “defendida por pequenas lajes soltas, moldadas de forma a terem umas bases de assentamento... provocando assim uma caixa de circulação de ar” (nº365, 1952: 2). Refere ainda ser este um “sistema de isolamento... frequente nas construções de Dakar” (Idem), colocando a arquitectura colonial francesa entre as referências estudadas por esta geração.⁴¹ O projecto construído, todavia, recorre às quatro águas, talvez por incutir maior segurança, quer no plano da execução como no risco que uma região de grande pluviosidade significa. O facto não retira ao edifício um carácter aparente de maior modernidade linguística que outras alterações entretanto minimizaram.

da Guiné, informando-a do representante do SNA no júri do concurso: “o arquitecto João Simões, vogal desta Direcção e profissional distinto, que tem dedicado grande parte

Figura 22: Serviço Meteorológico da Guiné-Bissau (foto: Eduardo Costa Dias, 2009)

Figura 23: Estação Meteorológica da Guiné-Bissau, Lucínio Cruz, 1952 (Trab. 365, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 65)



O final dos anos cinquenta traz obras que denunciam uma actualização das referências estilísticas, reflexo da actuação da nova geração que entra no Gabinete a meio da década. Já como DSUH surgem projectos como a Esplanada para Bissau, de Possolo, “quiosque de madeira... pequena obra, um meio de distracção aos habitantes da capital da Guiné” como se explica no parecer do então Director-Geral (nº571, 11/02/1959). Relações com modelos visualmente próximos das realizações indígenas são deliberadamente exploradas, quer numa perspectiva lúdica quer como consequência de um conhecimento mais aprofundado e directo do território.

“Procurou-se como tipo de construção adoptado não só imprimir-lhe uma certa cor local mas também resolver o problema por forma a satisfazer simultaneamente sob o ponto de vista formal e climatérico... utilizou-se uma estrutura de madeira que suporta a cobertura em colmo.” (nº 571, 10/01/1959)

Note-se que Possolo colabora na decoração⁴² da que será muito provavelmente a mais qualificada realização em Bissau neste período – a Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, obra executada fora do círculo do Gabinete e actualmente sede do PAIGC. É resultado de um concurso público lançado em 1949 “nas cidades de Lisboa, Porto e Bissau para a aquisição do projecto do seu futuro palácio” (CHAVES, 18/11/1949), que decorre até 1951, tendo João Simões como representante nomeado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA).⁴³ O edifício é tido nos anos sessenta como

da sua actividade ao estudo de problemas de arquitectura colonial.” (FERNANDES, 04/03/1950).

44

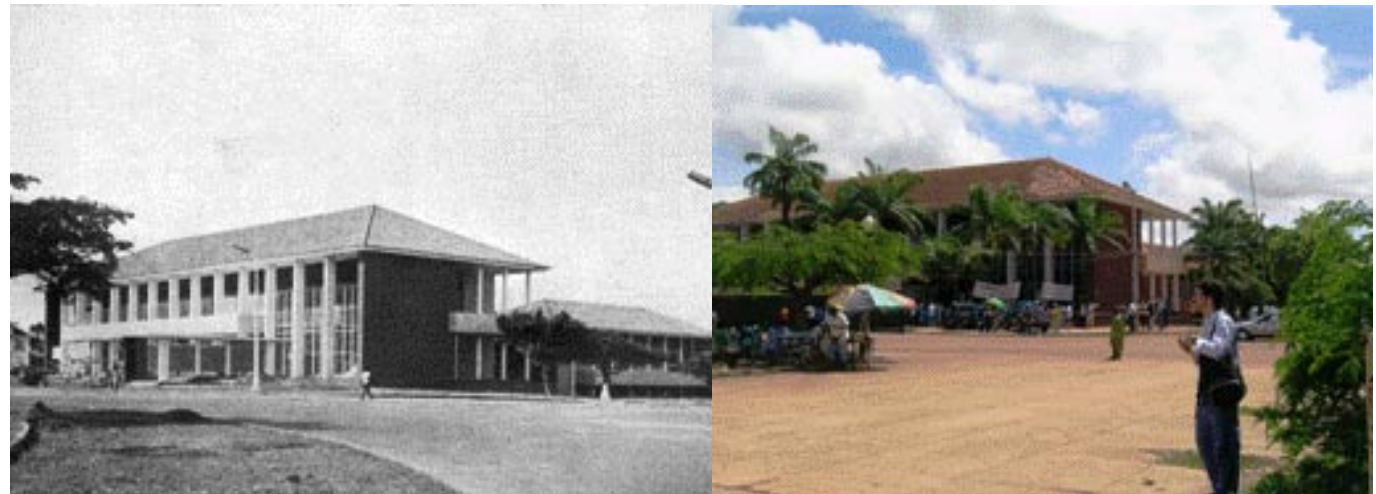
Entre a Revolução de Abril e o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, a 10 de Setembro de 1974, sucederam-se ainda os governadores Mateus da Silva, São Gouveia e Carlos Fabião.

45

Por uma Guiné Melhor compila “por ordem cronológica, discursos, mensagens e declarações proferidos, e entrevistas concedidos a órgãos de informação, nos dois

Figura 24: Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné (foto: AGÊNCIA GERAL DO UL-TRAMAR, 1961: s.p.)

Figura 25: Actual Sede do PAIGC (foto: Pedro Maurício Borges, 2009)



digno do “conjunto arquitectónico da nova capital do Brasil, se houvesse sido construído em Brasília” (AGUIAR, 1964: 80). O comentário atesta as referências internacionais que os portugueses usam em análises comparativas – o que prova a manutenção da influência da arquitectura brasileira, principalmente nos meios não corporativos. O confronto entre este edifício, destacado pelo “arrojo da sua arquitectura” (Idem), e os projectos do Gabinete revela a limitação dos meios oficiais, condição que muito provavelmente também inibe obra mais sofisticada.

Paralelamente, os arquitectos da DSUH, continuam encargos dos equipamentos essenciais ao funcionamento de Bissau enquanto capital de província. Ainda em 1959, Eurico Pinto Lopes faz o anteprojecto do Liceu da cidade para 648 alunos distribuídos por 18 turmas, uma velha aspiração dos sucessivos governadores, “com base no programa estabelecido pela própria província” (nº 602, 1959). A localização cumpre a divisão sectorial prevista no plano urbano do final dos anos quarenta. O processo é remetido a Bissau para auscultação com a recomendação de que o “mesmo Governo informasse quais os materiais, sob o ponto de vista económico, mais aconselháveis” (Idem), reflectindo procedimentos de maior proximidade com as expectativas e possibilidades locais. A linguagem utilizada na descrição do projecto reforça um partido “mais moderno”, como confirma a referência ao “critério de assentar os corpos das aulas em «pilotis»... sendo estes espaços reservados a recreio coberto” (nº 602, 1959: 6).

Figura 26: Liceu “Honório Barreto”
(1ª fase?) (foto: AGÊNCIA GERAL
DO ULTRAMAR, 1961: s.p.)

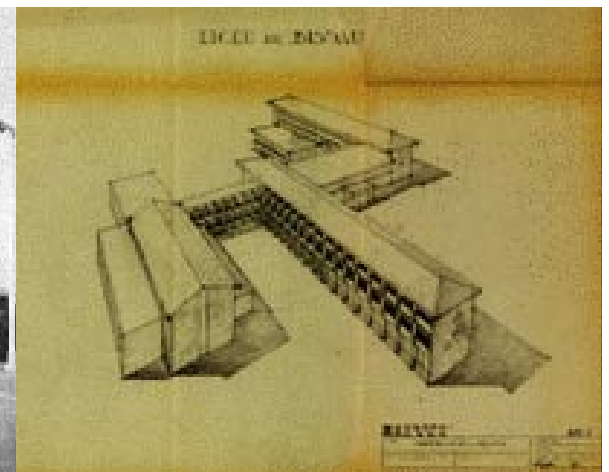
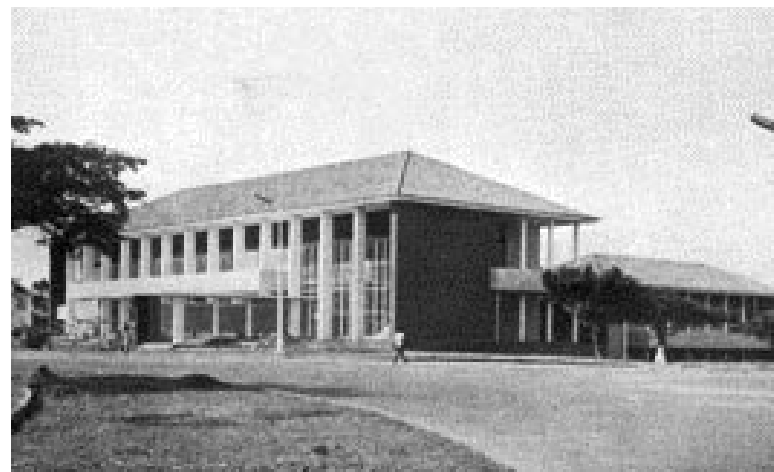


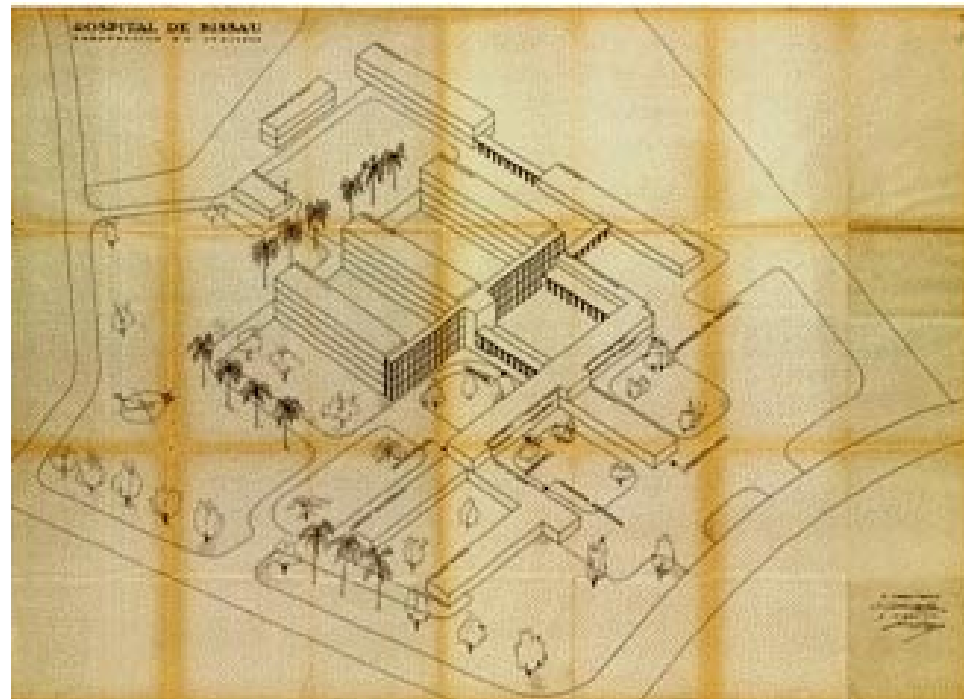
Figura 27: Anteprojecto do Liceu
de Bissau, Eurico Pinto Lopes, 1959
(Trab. 602, AHU, MU, DGOP, DSUH,
Cx 11)

Figuras 28 e 29: Liceu Kwame N'Krumah, antigo Liceu Honório Barreto (fotos: Paulo Vaz, 2009)



A distribuição das partes funcionais por blocos independentes, articulados entre si, que caracteriza a composição do Liceu, mantém-se na proposta para a remodelação do Hospital de Bissau, cuja empreitada será lançada já no governo de António de Spínola, que decorre entre 1968 e 1973, como se verá. O projecto é igualmente entregue a Pinto Lopes “por despacho ... do subsecretário de estado do Fomento Ultramarino... de 9 de Junho de 1958” (nº 641, 1961), tendo por consultor o médico João Pedro Faria, director do Hospital do Ultramar em Lisboa. Prudentemente, o próprio arquitecto esclarece que “o programa hospitalar teve de ser condicionado ao existente, pois não... parecia de boa política financeira demolir, para voltar a edificar, só para ser mais moderno” (Idem). Um dos objectivos é aumentar a capacidade de 330 para 500 doentes. Verifica-se a abolição das distinções raciais presentes em outros enunciados programáticos. Numa perspectiva funcional, o recurso à galeria – a tradicional varanda colonial – mantém-se, servindo em simultâneo “de protecção e defesa contra a irradiação solar” e de sistema de circulação exterior (Idem).

Figura: Remodelação do Hospital de Bissau, Eurico Pinto Lopes, 1961 (Trab. 641, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 13)



O processo do Hospital confirma os constrangimentos em que actuam estes arquitectos. Até à independência, declarada unilateralmente pelo PAIGC a 24 de Setembro de 1973, a província conhece ainda três Planos de Fomento e mais quatro governadores contando com Spínola: Vasco Rodrigues (1962-1965); Arnaldo Schulz (1965-1968); e Bettencourt Rodrigues (1973-1974).⁴⁴

44

Entre a Revolução de Abril e o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, a 10 de Setembro de 1974, sucederam-se ainda os governadores Mateus da Silva, São Gouveia e Carlos Fabião.

45

Por uma Guiné Melhor compila “por ordem cronológica, discursos, mensagens e declarações proferidos, e entrevistas concedidos a órgãos de informação, nos dois primeiros anos de exercício das funções de Governador.” (SPÍNOLA, 1970: 7).

Spínola em Por uma Guiné Melhor⁴⁵ de 1970 descreve uma Bissau ainda com carências no domínio da energia eléctrica (SPÍNOLA, 1970: 46), lacunas na assistência médica (p.e., sem instalações próprias para o atendimento materno-infantil; Idem: 88), ou com falta de equipamentos administrativos, prometidos mas nunca construídos, caso dos edifícios da Imprensa Nacional, “cujo projecto está [em 1969] em vias de conclusão” (Idem: 209) ou o da Administração do Concelho, já então “concluído” (Idem: 211). No discurso proferido no Concelho Legislativo, a 29 de Dezembro de 1969, anuncia “o início

46

Spínola “põe os recursos militares ao serviço das populações na construção de obras públicas e infra-estruturas de educação e saúde.” (BARATA; TEIXEIRA: 2004: 86).

47

A estratégia seguida pelo PAIGC na guerra colonial revelar-se-á bem sucedida infligindo a única derrota militar portuguesa nos territórios africanos (cf. Idem: 85-87).

da maternidade, do pavilhão de psiquiatria, do edifício para serviços de urgência e ainda a entrada em funcionamento do pavilhão para tuberculosos, no complexo hospitalar de Bissau” (Idem: 277) dando parcialmente sequência ao projecto de Pinto Lopes e comprovando a morosidade que compromete a realização dos projectos. O modelo progressista das grandes infra-estruturas, manifesto também na criação de redes hospitalares ou de ensino básico por todo o território interior, prevalece (Idem: 66).⁴⁶ Mas reconhece-se abertamente que “a guerra tem sido o principal obstáculo a um rápido avanço” (Idem: 390).⁴⁷

Nas vésperas da Revolução de Abril de 1974, os arquitectos da DSUH ainda produzem projectos para a capital da Guiné. Pinto Lopes termina o estudo prévio para o Palácio da Justiça, solicitado pelo governo de Spínola, em Maio de 1973, e previsto para “a Avenida da República, no alinhamento do edifício dos CTT e entre este e a Rua Dr. Vieira Machado” (nº798, 1974).

O desenho do Palácio da Justiça manifesta tardiamente a manipulação de uma linguagem moderna, quer na organização do programa em “L” quer no condicionamento do “partido geral adoptado... pela existência no local de árvores de grande porte” (Idem). Corresponde à etapa final de um organismo público que reflectindo a política centralizadora do Estado Novo revelou-se muitas vezes incapaz

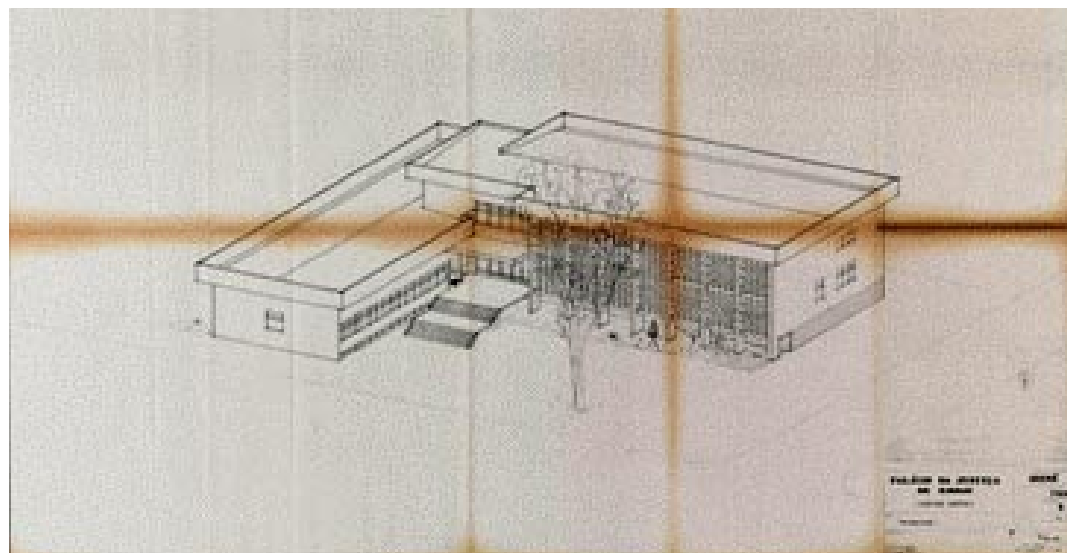


Figura 30: Palácio da Justiça de Bissau, Eurico Pinto Lopes, 1974 (Trab. 798, AHU, MU, DGOP, DSUH, Cx 29)

de cumprir os objectivos traçados por Marcelo Caetano. A cultura de projecto seguida nas diversas versões que tiveram estes gabinetes (GUC, GUU, DSUH) privilegia essencialmente uma abordagem “técnica”, menos ocupada com questões linguísticas e mais focalizada no que são considerados os aspectos fundamentais das edificações nos territórios tropicais: funcionalidade extrema; construção sólida; adequação climatérica irrepreensível, a última, reflexo dos cuidados com a insolação e a ventilação. Em cidades como Bissau, o trabalho dos seus arquitectos prevalece como uma marca de progresso através de edifícios que clarificam a sua estrutura urbana, dando-lhe identidade e constituindo um património arquitectónico ainda em uso pelas populações locais, factor que aumenta exponencialmente a importância contemporânea do seu estudo.

Agradecimentos: Ana Canas; Manuela Portugal; Pedro Godinho; Luís Saldanha; João Afonso; Jorge Nunes; Saico Baldé; Pedro Maurício Borges, Paulo Vaz.

Bibliografia:

“A acção do Gabinete de Urbanismo Colonial”, Diário de Notícias, 01/04/1948

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. Guiné – Pequena Monografia, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1961

AGUIAR, Armando de. Guiné Minha Terra, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964

ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva e Souza. Arquitectura Moderna em Moçambique, inquérito à produção arquitectónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português 1949-1974, Coimbra Prova Final, Departamento de Arquitectura FCTUC, 1998

ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). O Império Africano 1825-1890, In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), Nova História da Expansão Portuguesa, Lisboa: Estampa, 2001

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.). Nova História Militar de Portugal, volume 4, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004

BARRETO, João. História da Guiné 1418-1918, Lisboa: edição do Autor, 1938

CAVACA, Rogério A. (Director Geral Int.). Carta endereçada ao Presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 10 de Novembro de 1944 [1 página]. Folha timbrada do Ministério das Colónias. Espólio: Biblioteca da SRS/Ordem dos

Arquitectos [Manuscritos Avulsos]

CAETANO, Marcelo. “O Gabinete de Urbanização Colonial”, Diário de Notícias, 15/06/1948, p.1/4

CHAVES, Raul Pires Ferreira. (Presidente da Direcção da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné.). Carta endereçada ao Presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 11 de Novembro de 1949 [1 página]. Espólio: Biblioteca da SRS/Ordem dos Arquitectos [Manuscritos Avulsos]

CUNHA, Paulo. “Paulo Cunha, o pioneiro do planeamento portuário”, Jornal Arquitectos, #82, Dezembro, 1989, p. 23-27

DIAS, Eduardo Costa; HORTA, José da Silva. “História da Guiné-Bissau”, in CRISTOVÃO, Fernando (dir. e coord.), Dicionário Temático da Lusofonia, Lisboa: Texto Editores; Associação da Cultura Lusófona, 2005, p.473-483

FERNANDES, José Manuel. Para o Estudo da Arquitectura e do Urbanismo no espaço ultramarino português, no século XX – alguns temas sobre Angola e Moçambique, Candidatura a Provas de Agregação, Lisboa: FA-UTL, 1999

FERNANDES, José Manuel. Geração Africana – Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975, Lisboa: Livros Horizonte, 2002

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes. “Estruturas urbanas da expansão portuguesa em África, até ao século XX, uma síntese”, in Ur, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, #5, Maio 2005, p. 26-37

FERNANDES, I. Peres. (Secretário do Sindicato Nacional dos Arquitectos). Carta endereçada ao Presidente da Direcção da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, Lisboa, 4 de Março de 1950 [1 página]. Espólio: Biblioteca da SRS/Ordem dos Arquitectos [Manuscritos Avulsos]

FERREIRA, André Faria. Obras Públicas em Moçambique – inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2008

FONTE, Maria Manuela Afonso de. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução, Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2007

MARQUES, A.H. de Oliveira (org.). O Império Africano 1890-1930, In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), Nova História da Expansão Portuguesa, Lisboa: Estampa, 2001

MENDY, François. La ville de Bissau: aménagement et gestion urbaine, Thèse de doctorat de 3è cycle, Dakar: Université Cheikh Anta Diop de Dakar, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Département de Géographie, 2005-2006

MILHEIRO, Ana Vaz. “Territórios de Sonho para a Arquitectura Portuguesa, Modelos e Miscigenação”, in AAVV, Urbanidade e Património, Lisboa: IGAPHE, URBE, 1998, p.19-41

- MILHEIRO, Ana Vaz. “As coisas não são o que parecem que são”. Opúsculo 15 — Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura Porto: Dafne Editora, Novembro 2008
- MILHEIRO, Ana Vaz. “Castro Rodrigues, o arquitecto do Lobito”, In JA – Jornal Arquitectos, # 234, Janeiro/Abril 2009a, p. 13-15
- MILHEIRO, Ana Vaz. “Experiências em Concreto Armado na África Portuguesa: Influências do Brasil” in Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação e Urbanismo da FAUUSP, #24, Janeiro 2009b, no prelo
- MORAIS, João Sousa. Maputo, Património da Estrutura e Forma Urbana, Topologia do Lugar. Lisboa: Livros Horizonte, 2001
- OLIVEIRA, Mário de. “A Arquitectura no Plano Nacional”, in: Sindicato Nacional dos Arquitectos, Actas do I Congresso de Arquitectura, Lisboa: SNA, 1948, p. 24-32
- POSSOLO, Luís P. Relatório [sobre a frequência do curso de arquitectura tropical, remetido ao Subsecretário de Estado do Ultramar], Lisboa, Maio de 1955, 8 pag. [espólio particular Arq. Luís Possolo]
- RODRIGUES, Francisco Castro. CV, Azenhas do Mar: 2001 [texto policopiado, recortes e manuscritos]
- RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento. No Governo da Guiné, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949
- ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de. Dicionário do Estado Novo, Lisboa: Bertrand Editora, 1996, vol. II
- SANTIAGO, Miguel. Pancho Guedes, Metamorfoses Espaciais, Lisboa: Caleidoscópio, 2007
- SIMÕES, João. “A Profissão de Arquitecto nas Colónias”, in: Sindicato Nacional dos Arquitectos, Actas do I Congresso de Arquitectura, Lisboa: SNA, 1948, p. 147-150
- SIMÕES, João. “João Simões: uma serenidade objectiva”, Jornal Arquitectos, #77-78, Julho/Agosto, 1989, p. 7-11
- SILVA, António E. Duarte. “Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo”, in OLIVEIRA, Pedro Aires; CASTELO, Cláudia (org). Cadernos de Estudos Africanos, «Memórias Coloniais», Lisboa: Centro de Estudos Africanos, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, # 9/10, Junho 2005/Junho 2006, p.141-167
- SPÍNOLA, António de. Por uma Guiné Melhor, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970
- TENREIRO, Francisco. Estudos, Ensaios e Documentos III – Acerca da casa e do Povoamento da Guiné, Lisboa: Ministério das Colónias, 1950
- TOUSSAINT, Michel. “A Arquitectura Moderna e os trópicos”, in Ur, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, #5, Maio 2005, p. 78-85

“O Urbanismo no nosso Império Colonial”, Diário de Notícias, 17/03/1948

VELOSO, António Matos; FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes. João José Tinoco – Architecturas em África, Lisboa: Livros Horizonte, 2008

Legislação consultada:

DECRETO nº34:173 Ministério das Colónias: Cria, com sede em Lisboa, o Gabinete de Urbanização Colonial, organismo comum a todas as colónias de África, e define as suas atribuições. Diário do Governo, I série, nº 269, 6 de Dezembro de 1944, p. 1167-1168

DECRETO nº45 575 Ministério do Ultramar: Promulga o diploma orgânico dos serviços provinciais de obras públicas e transportes do ultramar. Diário do Governo, I série, nº 48, 26 de Fevereiro de 1964, p. 331-353

DECRETO-LEI nº47 519 Ministério do Ultramar, Direcção de Obras Públicas e Comunicações. Diário do Governo, I série, nº 27, 1 de Fevereiro de 1967, p. 150-156

DECRETO-LEI nº47 743 Ministério do Ultramar, Gabinete do Ministro. Diário do Governo, I série, nº 129, 2 de Junho de 1967, p. 1177-1208

PORTARIA nº21 815 Ministério do Ultramar, Direcção de Obras Públicas e Comunicações: Considerando que por vezes o número de técnicos dos serviços de obras públicas e transportes da Guiné não é suficiente para a execução de todos os trabalhos a seu cargo... Diário do Governo, I série, nº 16, [20 de Janeiro de 1966], p. 74

Desenhos fotografados por Luís Pavão.